

BRASÍLIA-DF – 02/05/2018

Dia do Trabalhador: 2ª Meia Maratona reúne mais de 3.500 atletas



Nesta terça-feira, 1º de maio, a Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST celebrou o Dia do Trabalhador em grande estilo. Com mais de 3.500 competidores, a 2ª Meia Maratona da NCST reuniu para-atletas, homens, mulheres, idosos e crianças numa grande festa resultante da tradicional corrida que ingressa, em definitivo, no calendário dos grandes eventos da capital federal.

Atletas de alto nível, com vasta experiência em competições nacionais se misturam com atletas amadores, profissionais liberais, trabalhadores celetistas e servidores públicos. Em comum, a paixão pelo esporte e a esperança de dias melhores.

“É uma grande satisfação constatar o prestígio que esse evento possui junto à população brasiliense. Em poucos dias, o número de inscritos extrapolou nossa meta e, muito provavelmente, teremos uma competição ainda maior em 2019. Perceber a garra, a alegria e a disposição destes competidores nos inspira, ainda mais, a prosseguir firmes na nossa luta em defesa da classe trabalhadora e do bem-estar do nosso povo. Saudamos todos os trabalhadores do nosso país. A Nova Central se orgulha em defendê-los. Estamos seguros de que, juntos, com o mesmo espírito esportivo destes bravos atletas, a vitória nos aguarda”, afirmou o presidente da NCST, José Calixto Ramos.

(Imprensa NCST)

Livro mostra a perversidade da reforma trabalhista



Publicação, que pode ser baixada gratuitamente, reúne pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) do IE-Unicamp a partir de convênio com o Ministério Público do Trabalho. O livro “Dimensões críticas da reforma trabalhista”, organizado por José Dari Krein, Denis Gimenez e Anselmo dos Santos no âmbito de um convênio entre o Ministério Público do Trabalho e o Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp, é, possivelmente, o mais completo trabalho sobre a reforma trabalhista aprovada pelo Congresso Nacional em 2017.

Mais de 20 pesquisadores foram mobilizados para tratar de várias dimensões da reforma trabalhista; a experiência internacional, os impactos sobre a flexibilização das relações de trabalho, sobre os sindicatos, sobre a desigualdade e a vulnerabilidade dos trabalhadores, sobre o financiamento da Previdência Social, dentre outros temas.

Confira um trecho da introdução assinado pelos organizadores:

Trata-se de uma contribuição aos pesquisadores da área do trabalho, com o objetivo de fornecer subsídios capazes de orientar outros estudos e o acompanhamento dos desdobramentos da reforma. Procura também oferecer uma série de indicadores e reflexões que podem colaborar com ações de instituições públicas nas temáticas abrangidas pela reforma, considerando a situação do trabalho e dos trabalhadores no Brasil, no contexto da atual crise econômica (2014-2017).

A reforma trabalhista significa uma mudança substantiva no padrão de regulação do trabalho no Brasil, pois altera mais do que as relações de emprego, tendendo a produzir efeitos deletérios sobre a economia, o mercado de trabalho, a proteção social e a forma de organização da sociedade brasileira.

De forma bastante sintética, a reforma modifica os elementos centrais da relação de emprego, uma vez que: (1) amplia as possibilidades de utilização de modalidades de contratação a termo e introduz a figura do contrato intermitente, do trabalhador autônomo permanente e do home office; 2) viabiliza inúmeras formas de flexibilização da utilização do tempo de vida do trabalhador em favor da empresa; 3) permite o avanço da remuneração variável e o pagamento como não salário. **Veja mais no site Brasil Debate.**

(Brasil Debate)

## Reformas trabalhistas remetem à escravidão, diz Pastoral Operária



Organização ligada à Igreja denuncia "a supremacia do poder econômico que torna o capital mais importante que os seres humanos". CNBB também afirma que solução para o país não pode atingir direitos

Em manifesto relativo ao 1º de Maio, a Pastoral Operária afirma se unir ao clamor por direitos que estão sendo extintos. "Esses direitos, conquistados ao longo de nossa história, resultaram de muitas lutas da classe trabalhadora", afirma a organização, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e presente em 61 dioceses de 14 estados.

"Após mais de um século de conquistas, nos deparamos, hoje, com reformas trabalhistas que nos remetem a condições semelhantes ao tempo da escravidão. A classe trabalhadora sofre o impacto negativo dessas reformas impostas pelo governo Temer e por grandes empresários", acrescenta a Pastoral, recordando, "com afeto especial, todas as pessoas que tiveram suas vidas ceifadas para que a classe trabalhadora pudesse ter melhores condições de trabalho e para que todos neste país vivam com dignidade".

As reformas citadas não criam empregos anunciados, "achatam salários, tornam as condições de trabalho mais inseguras, eliminam convenções coletivas, fragilizam as organizações sindicais e penalizam, sobretudo os setores mais vulneráveis da classe trabalhadora". Na nota, a Pastoral diz ainda ser inadmissível que os trabalhadores se submetam "aos que saqueiam seus direitos, concentram riquezas e geram miséria", denunciando "a supremacia do poder econômico que torna o capital mais importante que os seres humanos". A CNBB também divulgou mensagem aos trabalhadores, afirmando que "trabalho não é mercadoria, mas um modo de expressão direta da pessoa humana".

"Ao Estado compete cuidar para que as relações de trabalho se deem na justiça e na equidade", acrescenta a nota. "A solução para a crise, que abate o País, não pode provocar a perda de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Nos projetos políticos e reformas, o bem comum, especialmente dos mais pobres, e a soberania nacional devem estar acima dos interesses particulares, políticos ou econômicos."

**(Rede Brasil Atual)**



## 1º de Maio "Dia do Trabalhador"

Companheiros Trabalhadores!

É com grande alegria que comemoramos mais um 1º de Maio, Dia do Mundial do Trabalhador!

Dia de todos nós, homens e mulheres, que construímos nosso país e participamos ativamente das lutas políticas!

Na Constituição de 1988, promulgada no contexto da distensão e redemocratização do Brasil após a ditadura militar (que perseguiu e colocou no mesmo balaio liberais, comunistas e cristãos progressistas), apesar de termos 80% dos tópicos defendendo a propriedade e meros 20% defendendo a vida humana e a felicidade, conseguiu-se uma série de avanços – hoje colocados em questão – como as Férias Remuneradas, o 13º salário, multa de 40% por rompimento de contrato de trabalho, Licença Maternidade, previsão de um salário mínimo capaz de suprir todas as necessidades existenciais, de saúde e lazer das famílias de trabalhadores, etc.

A luta de hoje, como a luta de sempre, por parte dos trabalhadores, reside em manter todos os direitos constitucionais adquiridos e buscar mais avanços na direção da felicidade do ser humano. Nossa Confederação continua firme para garantir a manutenção dos postos de trabalho, dos direitos e de novas conquistas para os trabalhadores.

Cabe a nós continuar defendendo nossa classe e contribuindo para o seu fortalecimento!

Fonte: [www.culturabrasil.org](http://www.culturabrasil.org) com adaptações

**(SECOM/CSPB)**



**País 'ganha' 1,4 milhão de desempregados em três meses. Informalidade cresce**



**Taxa sobe para 13,1% em março e desemprego alcança 13,7 milhões de brasileiros. Técnico do IBGE aponta "enfraquecimento da economia". Em 12 meses, mercado perdeu 493 mil vagas com carteira.**

A taxa de desemprego subiu de 11,8%, em dezembro, para 13,1% no trimestre encerrado em março, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. O percentual corresponde a 13,689 milhões de desempregados no país, 1,379 milhão a mais em três meses. Na comparação com março do ano passado, a taxa é menor (13,7% em 2017) e o mercado abriu 1,6 milhão de vagas. Mas, como vem se tornando constante, todas essas vagas são informais e referem-se, principalmente, a empregados no setor privado sem carteira assinada ou a trabalhadores por conta própria. Em parte, crescimento de desemprego no primeiro trimestre é normal, por efeito sazonal, como a dispensa de trabalhadores contratados por tempo determinado. "Mas não podemos responsabilizar só a sazonalidade. Tem a perda decorrente do enfraquecimento da economia também", disse o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo.

De dezembro para março, 149 mil pessoas deixaram a força de trabalho (-0,1%) e o mercado fechou 1,528 milhão de vagas, resultando na diferença de 1,379 milhão de desempregados a mais. No período de 12 meses, 1,147 milhão entraram no mercado, que criou 1,634 milhão de postos de trabalho, o que fez diminuir em 487 mil (-3,4%) o total de desempregados.

Mas, ainda na comparação com março de 2017, foram perdidas 493 mil ocupações de empregados no setor privado com carteira assinada (-1,5%), enquanto o número de empregados sem carteira cresceu em 533 mil (5,2%) e o de trabalhadores por conta própria, em 839 mil (3,8%). Os empregados com carteira eram 37,6% do total, agora são 36,3%. No mesmo período, os sem carteira passaram de 11,4% para 11,8% e os autônomos, de 24,9% para 25,3%. VEJA MAIS NO SITE DA REDE BRASIL ATUAL.

*(Rede Brasil Atual)*



**Desafios da gestão da política monetária no Brasil: juros, inflação e crédito**

**Artigo dos economistas André Biancarelli e Guilherme Mello, da Unicamp, discute como política de juros afeta o crédito e a capacidade e investimentos do Estado brasileiro.**

Como reduzir a taxa de juros (Selic) sem perder o controle da inflação? Como a política monetária pode contribuir para o crescimento econômico? Como reduzir os juros finais cobrados de consumidores e empresários? Os economistas Guilherme Mello e André Biancarelli, professores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) propõem um debate dessas questões no mais recente artigo da série "Brasil de Amanhã".

Neste artigo, os professores da Unicamp questionam os preceitos que passaram a conduzir a economia do país desde meados dos anos 1990. Mesmo com a chegada do governo Lula ao poder, a cartilha macroeconômica passou por alguns arranjos pontuais, mas jamais conseguiu propor uma ruptura com o modelo neoliberal subordinado à financeirização, que hoje comanda as economias do mundo.

Baseada num tripé composto por metas de inflação, de superávit primário (assegurar sobras das receitas da União para pagar juros aos bancos que se beneficiam da política de juros altos) e política de câmbio "flutuante" (em que em vez de fixar a relação real/dólar a modalidade permite que os humores do mercado conduzam a taxa de valorização da moeda americana, dentro de uma faixa de "tolerância", que uma vez rompida obriga o Banco Central a intervir para forçar a valorização ou desvalorização do real. Por ter grande dependência de financiamento interno e externo, somente a partir do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva e no primeiro de Dilma Rousseff (2007-2014), o governo brasileiro empreendeu uma gestão combinando medidas microeconômicas chamadas de anticíclicas (por se contrapor ao ciclo de crise ocasionado pela crise bancária mundial de 2008. VEJA MAIS NO SITE REDE BRASIL ATUAL.

São estas algumas das questões abordadas no recente artigo do projeto "Brasil de Amanhã".

*(Rede Brasil Atual)*